

Assistência aos servidores públicos

Palestra do oficial administrativo PEDRO LEIROS, realizada na Delegacia do Tesouro Brasileiro em New York, no dia 31 de março de 1949.

idéia vier à tona e até que se converta em realidade.

O presidente do IPASE, nessa época, o Doutor Barros Barreto, em umas das primeiras sessões realizadas, leu um trabalho sobre — “Quantos somos e onde estamos?” em que afirmou existirem 129.245 funcionários em todo o país, pelo número de segurados daquele Instituto. Dêses, 56% ou sejam 73.007, localizados no Rio de Janeiro. Disse mais o Dr. Barreto: “A nossa massa é de mal remunerados. Fizemos um inquérito sobre a questão no Distrito Federal e os dados obtidos foram de tal ordem surpreendentes que não foi possível publicá-los. Especialmente quanto à parte de moradia, êsses dados são impressionantes. Há funcionários que moram distante da sua repartição duas a três horas, como, por exemplo, os de Campo Grande, que precisam tomar três ou quatro conduções e ainda andam a pé, cerca de meia hora”.

Alguns dias depois, voltou o Dr. Barreto a tratar do inquérito que foi até os subúrbios. Exibiu a ficha de um Contínuo, com o vencimento mensal de seiscentos cruzeiros, adiantando que essa ficha fôra preenchida por uma funcionária do IPASE, adaptada rapidamente para essa função. “Através dessa ficha, disse o orador, verificamos a renda líquida do servidor, dividida por pessoa da família, descontando-se o que êle paga de aluguel que, nesse caso é muito barato. Resta para cada pessoa de sua família cinquenta e cinco cruzeiros”.

A revelação teria causado efeito precário, não se sabendo quanto era o aluguel pago pelo Contínuo, nem o número de pessoas da família, lapso que pode ser levado à conta da funcionária rapidamente adaptada.

O presidente do IPASE tinha, como demonstrou, sérias preocupações pelo desconforto dos seus segurados residentes em Campo Grande e cercanias, mas não deixou disso provas concretas em sua gestão, tendo-se limitado a resolver as aperturas da instalação do seu próprio Instituto.

Outro fato curioso foi relatado pelo Dr. Otávio de Carvalho, na mesma sessão em que o Dr. Barreto apresentou a ficha do Contínuo suburbano. E' o seguinte o caso: — “Na Central do Brasil foi organizado um restaurante, que cobrava um cruzeiro cada refeição. Como muitos empregados não compareciam a êle, foi-se saber a causa e verificou-se que êles não o freqüentavam para

Trabalhos da Comissão Carneiro de Mendonça — Perplexidades de um inquérito suburbano e outras perplexidades — Como se instala um Serviço de Assistência Social — O Deputado Duvivier e a crise de habitação no Rio de Janeiro — O Hospital dos Servidores do Estado e a nova administração do IPASE — Um encontro com outro soldado desconhecido — Apêlo aos homens de boa vontade, por uma causa nacional.

A assistência social aos servidores públicos foi objeto de dois decretos-leis, em 1945. O primeiro, de 28 de outubro, dia do funcionário, não logrou êxito, com a precipitação dos acontecimentos políticos que explodiram vinte e quatro horas depois.

Em dezembro, no dia seguinte ao do Natal, o major Carneiro de Mendonça fez o senhor José Linhares assinar o segundo decreto-lei, revogando o de outubro e criando a Comissão de Estudos de Assistência Social aos Servidores do Estado.

Essa Comissão, que foi logo nomeada, começou a trabalhar nos primeiros dias do Ano Novo de 1946. Suas atribuições consistiam na elaboração do plano geral de assistência médica e hospitalar e outros tipos de assistência aos servidores do Estado, no território nacional, devendo promover inquéritos, investigações e pesquisas técnicas, e recorrer aos demais órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, dos Territórios e do Distrito Federal, entidades paraestatais ou autárquicas, no interesse do plano a ser organizado.

A Comissão, que foi presidida pelo Dr. Fábio Carneiro de Mendonça, trabalhou ativamente durante todo o ano de 1946, tendo realizado cento e vinte e sete sessões, a última das quais em 5 de dezembro.

Sua atividade, que é um exemplo raro de persistência e zelo pelos propósitos que lhe foram confiados, está relatada em um livro de 711 páginas, com 27 anexos, inclusive o esquema dos serviços sociais dos Ministérios, de dezoito Estados e do Distrito Federal.

Êsse documento de alta valia, creio que é a primeira publicação oficial que se fez no Brasil, dedicada ao assunto, e na qual estão lançados seus lineamentos essenciais, com tal penetração e firmeza, que terá de ser lembrada sempre que a

ficarem solidários com a família que, em casa, passava fome”.

A Comissão anotou essas revelações, mas não se deixou empolgar pelo que havia nelas de chocante ou absurdo. Prosseguiu em seus trabalhos, tendo perdido alguns instantes com a indecisão dos técnicos, quanto à preferência da casa própria ou de aluguel, para os funcionários.

Quando tratou de apurar o resultado dos trabalhos de assistência social, iniciados em alguns Ministérios e outros departamentos, ouviu do Dr. Belgrano da Rocha Montalverne, que instalou o da Viação, o seguinte: “Em primeiro de dezembro de 1938 começou a Assistência Social do Ministério da Viação. A Instalação consistiu em uma mesa e um livro de “Ponto”. Eu e dois colegas éramos o pessoal. Cada dia íamos acrescentando uma coizinha a mais. Hoje (Fevereiro de 1946) temos uma seção modesta, mas que satisfaz a todos os seus fins. O regulamento dividia a seção em três partes: médica, cooperativismo e aperfeiçoamento. A médica estava incumbida da parte pericial. O que me parece um entrave ao desenvolvimento da seção é que em sua regulamentação se cogita do estudo da psicotécnica, biotipologia e endocrinologia, que são estudos altamente especializados, mas nunca se cogitou de dar pessoal e material especializado para realizá-los”.

Como os regulamentos feitos pelo DASP são idênticos e não sofreram reformas maiores depois desse período, não é difícil concluir pelas limitações e decadência dessas tentativas.

O Relatório menciona o que aliás é sabido, que quando surgiam casos de hospitalização, os médicos dos Serviços de Assistência Social empregavam seu prestígio pessoal para obter vagas na Santa Casa, na Cruz Vermelha e em outros hospitais.

O interesse pelo assunto, tão sugestivas são as promessas que encerra, não tem diminuído com êsse insucesso oficial. Sabe-se que em vários Estados existem núcleos de serviço social, mantidos por funcionários públicos, alguns modestos, presos a tendências um tanto retardadas, mas muitos deles consolidados em seus bons propósitos, com uma tradição venerável.

No Rio de Janeiro temos o Montepio Geral dos Servidores do Estado, que já completou um século de existência. A Associação dos Servidores Civis do Brasil, de fundação recente, com um grande programa cultural e humano, tem-se esforçado por executá-lo com iniciativas proveitosas, persistindo em sua atividade e procurando desdobrá-la pelos Estados.

Há coisa de quatro anos, tivemos oportunidade de participar, em Maceió, da fundação de uma sociedade de finalidades idênticas, ligada à dos Servidores Civis do Brasil.

Pouco antes de viajarmos para os Estados Unidos, assistimos em São Paulo o lançamento da pedra fundamental do edifício de outra dessas associações, tendo sido a solenidade completada com a assinatura do contrato da construção do prédio para sua sede.

Dos trabalhos que encetamos em Alagoas, cêdo fomos levados à evidência da complexidade e urgência dos problemas que assoberbam os funcionários públicos. Conclusão que aprofundava certos aspectos e abrangia horizontes mais amplos do que aqueles com que estávamos familiarizados, ao longo de nossa experiência pessoal.

Cada dia que passa, parece-nos que essa situação se agrava, apesar de tão sabida e debatida, e de alguns vezes considerada com propósitos exuberantes.

De bem pouco têm valido, como é fácil de ver e compreender, os reajustamentos periódicos e a soma de garantias asseguradas na Constituição e nas leis.

As condições desfavoráveis, que persistem, nascem de dificuldades elementares, oriundas do recôndito ambiente doméstico; agravam-se na ausência de relações de classe, no abandono de interesses comuns e na estagnação do meio em que vivem, dos terços de sua vida, os funcionários públicos.

A tentativa que realizamos em Alagoas reuniu um grupo de companheiros dedicados, cujos nomes deixo aqui registrados, pela simpatia e fervor com que a tarefa a todos empolgou. Eram eles — Lauro Montenegro, Roberto Senay Neves, Paulo Moreira de Sousa, Abel Feitosa Tôres Ventura, Oscar Jucá, José Gonçalves de Melo, Jacinto Paiva, entre os demais que fundaram a Associação dos Servidores Civis de Alagoas.

Das nossas observações e estudos, recolhemos alguns elementos que se nos afiguraram essenciais no encaminhamento dos problemas que interessam a grande maioria dos funcionários.

Dêsse trabalho modesto tomou o patrocínio o depois deputado federal Lauro Montenegro, figura de grande projeção do Ministério da Agricultura, intelectual e, homem de ação no setor de sua especialidade, qualidades que confirmou quando exerceu o cargo de Secretário da Agricultura nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

No dia 18 de abril de 1947, foi lido no plenário da Câmara dos Deputados e julgados objeto de deliberação o projeto que tomou o número 79, assinado por aquêle nosso companheiro, projeto que dispunha, em resumo:

— a criação, no IPASE, de uma Divisão de Assistência Social;

— caberia a essa Divisão — proporcionar assistência aos servidores públicos, em geral, mantendo centros de cultura, esportes e diversões, colônias de férias, assim como promover o estudo e encaminhar a solução dos problemas relacionados com o bem estar social dos servidores públicos e suas famílias;

— os serviços criados nessa lei e tôda a iniciativa que da mesma resultasse aproveitariam aos servidores federais de quaisquer categorias e condições e aos estaduais e municipais, mediante acôrdo com os Estados e Municípios;

- seriam criados no Distrito Federal e nos Estados Conselhos de Assistência Social;
- esses Conselhos seriam constituídos de servidores públicos, escolhidos por eleição;
- o Conselho Deliberativo do IPASE, com maiores atribuições, seria todo constituído de funcionários públicos, qualidade requerida para seu presidente e auxiliares imediatos;
- era estabelecida uma taxa de Serviço Social e instituídos outros recursos para a instalação de serviços de assistência médica e hospitalar, no Distrito Federal e nos Estados;
- haveria um “Fundo de Socorro” destinado a auxiliar servidores necessitados, para o tratamento de moléstias graves, inclusive em pessoas de suas famílias;
- reservava-se uma parte dos lucros do IPASE para a instituição de bolsas de estudo para filhos de funcionários públicos;
- os servidores públicos contribuiriam com meio por cento, além de dois mil cruzeiros, para a assistência médica e hospitalar, serviços que utilizados por pessoas de suas famílias seriam retribuídos na proporção de cinquenta por cento do preço do material aplicado.

Na justificação do projeto, era asinalada a lentidão com que as principais finalidades do IPASE iam se desenvolvendo, quase tôdas restritas ao Rio de Janeiro; o natural interesse dos segurados do IPASE de participarem mais intimamente de sua administração; a conveniência de dar-lhe meios amplos para dedicar-se à assistência social, médica e hospitalar; a incorporação facultada de associações e serviços de beneficência de funcionários existentes nos Estados; o processo democrático disposto para organização dos Conselhos de Assistência Social na Capital e nos Estados, sua emulação, trabalhos conjuntos, inclusive a indispensável e valiosa cooperação do funcionalismo dos Estados e principais Municípios.

As reações da imprensa, à vista do projeto, foram fracas. Não se tratava de aumento de vencimentos, batalha campal de envergadura, que põe na liça os plumitivos mais ardorosos. Sua tática e precisão, em tais casos, já se tornaram conhecidas, basta não recuar nem transigir. A sugestão coletiva conduz a um certo atordoamento, a crítica perde o senso objetivo, as coisas mais absurdas passam para o primeiro plano. Um consentimento tácito se insinua, ganha ímpeto e o resto é a vitória, com o aumento de todos e de tudo.

Os poucos jornais que mencionaram o aparecimento do projeto impugnaram a contribuição de meio por cento, achando-a demasiada. Correram os olhos sôbre o “Diário do Congresso” e apenas vislumbraram a odiosa inovação, quando teria sido mais razoável ter extranhado que se pretendesse por tão baixo preço dar assistência médica e hospitalar. Um comentarista do “Correio

da Manhã” apanhou no ar o reparo e ficou a indagar quanto custavam os tapetes de esgrima e as bolas medicinais. A indagação era menos jocosa do que escarninha e não abonava o conceito de um jornal que tem uma tradição respeitável.

Distribuído às Comissões de Justiça, Legislação e Finanças, o projeto 79 não passou da primeira, onde o Deputado Duvivier o guardou com tanto carinho, que nunca mais foi visto. Nessa época, tinha também sob seus cuidados, êsse deputado, um projeto de reforma da lei do inquilinato. S. Excia., pelo brilhante parecer que apresentou pouco depois, devia estar então empolgado na estatística com que ilustrou seus argumentos. Assegurou o deputado fluminense existirem no Rio alguns milhares de apartamentos, cuja utilização exprobrou, considerando-a, um dos motivos da crise alegada. Segundo o zeloso parlamentar, êsst apartamentos desviados do natural mister de abrigar pequenas famílias, serviam para jogos inocentes e para outros jogos, que S. Excia., não esclareceu bem, mas deu a entender que eram destinados a indivíduos ociosos, referindo a linguagem velada dos pequenos anúncios do “Jornal do Brasil”, em que se fala de *descanso* oferecido a cavalheiros de fino trato.

Dando às suas afirmações um tom de austera reprimenda, S. Excia., assustou seus contraditores, dizendo que havia muitas senhoras entre as pessoas colhidas em seu inquérito. Disse mais que estava documentado e possuía uma relação completa dêsses apartamentos, declaração que provocou certa celeuma. O deputado fluminense passou a ser assediado por alguns cavalheiros impertinentes e indiscretos, havendo sido também solicitado na Câmara por uma comissão de senhoras do grupo das “Vitórias Régias”, que lhe exigia uma retratação.

O Deputado Duvivier não compreendeu o alcance do projeto 79, de 1947, que o senhor Agamemnon Magalhães lhe distribuiu, confiado certamente em suas tendências para largas investigações sociais. Talvez, nem o tenha lido, talvez o tenha julgado na primeira cesta de papéis que encontrou.

Uma vez que o projeto foi lido em plenário e publicado no *Diário do Congresso*, existiu, embora uma existência fugaz, e o nome dêsse deputado ficou tristemente associado ao fracasso da iniciativa de seu colega alagoano.

Aconteceu, infelizmente, que o Deputado Lauro Montenegro, autor do projeto, havendo adoecido por êsse tempo, sem que tenha até hoje se restabelecido completamente, teve prejudicada, desde então, sua atividade parlamentar, o que todos nós, seus amigos e companheiros só temos que lamentar, e o fazemos sinceramente.

Nesse meio tempo era divulgado o Relatório da Comissão Carneiro de Mendonça. A Comissão dispôs de elementos preciosos, que contribuíram para dar extensão nacional aos seus estudos. Ouviu autoridades responsáveis pelos departamentos mais importantes do Ministério da Educação e Saúde; debateu com técnicos a função das cooperativas e seus resultados; deteve-se em considerar a relutante questão das casas acessíveis aos fun-

cionários públicos; a assistência hospitalar, o combate à tuberculose e ao câncer foram examinados nos aspectos essenciais ligados ao plano geral de assistência.

Encaminhando ao Presidente da República a resenha de suas atividades, a Comissão ressaltou haver recorrido a quase todos os responsáveis pela execução de assistência coletiva no Brasil, médica ou social, ministrada pelo Governo Federal ou dos Estados, pelas autarquias, organizações privadas ou associações de classe. Declara haver orientado seus trabalhos no sentido de combater o errado hábito de tudo esperar do Governo, que não pode conceder ampla assistência gratuita, porque a sua arrecadação já estava então por demais onerada com o pagamento do excessivo funcionalismo, acrescentando que em alguns Estados esse ônus absorvia mais de 70% das rendas públicas.

No anteprojeto que elaborou e submeteu ao Governo, a Comissão sugeriu:

- assistência médica, odontológica, social e judiciária aos servidores ativos e inativos;
- atribuiu todos êsses serviços ao IPASE;
- fixou o alcance de cada um desses setores, definindo — assistência médica — “todo e qualquer serviço de natureza profilática e terapêutica”, e — assistência social — como o “amparo moral e o auxílio à solução dos problemas materiais, educacionais, recreacionais e da conservação da saúde física e mental”;
- regulou a assistência de acôrdo com a contribuição, densidade de servidores e possibilidades regionais ou locais em que estiverem lotados;
- distribuiu os serviços de assistência por estabelecimentos hospitalares, centros regionais, postos médicos e em domicílio;
- discriminou êsses serviços, estabelecendo a capacidade dos órgãos propostos, inclusive quanto à assistência odontológica;
- com relação à assistência social, estabeleceu sua prestação pelos hospitais, centros regionais de assistência, nos locais de trabalho, nos domicílios e nos órgãos locais do IPASE ou em órgãos transitórios, quando circunstâncias especiais o exigirem;
- dentro desses serviços destacou — investigação e auxílio na solução de conflitos no lar e no trabalho, investigação de tendências vocacionais para a readaptação funcional, orientação no sentido de elevar o nível cultural, moral e higiênico, organização de grêmios sociais e desportivos, investigação dos desajustamentos econômicos e auxílio à sua solução;
- fixou a extensão dos serviços de assistência, estabelecendo dois planos, o plano A — médica e odontológica, o plano B, social e jurídica, aquêle com sete grupos e êste, com quatro;

— os recursos para êsses serviços foram atribuídos a uma percentagem da arrecadação do sêlo de Educação e Saúde; uma importância idêntica à do impôsto sobre a renda arrecadada dos vencimentos dos servidores; o saldo das verbas de pessoal, créditos equivalentes aos concedidos aos diversos Ministérios para serviços semelhantes em execução, além de taxas e impostos que venham a ser criados;

— o IPASE contribuiria com 20% dos lucros apurados anualmente e outros recursos disponíveis.

E' inegável o escopo altruista do anteprojeto, que contém algumas minúcias dispensáveis na estrutura de tais serviços, as quais denunciam a preocupação dos médicos que eram a maioria da Comissão.

Também o projeto 79 de 1947 tem detalhes escusados, pelos quais se poderia identificar a veia dos burocratas que colaboraram em seu texto. Êsse vício de origem sugere as distorções de uma paisagem surrealista e os densos cipóis por onde se tresmalham muitas vêzes até os mestres do ofício.

No anteprojeto da Comissão Carneiro de Mendonça o que primeiro impressiona é a extensão dos serviços instituídos, para os quais os recursos previstos parecem precários, bem como precária nos parece a capacidade do IPASE para tão vastos cometimentos.

Quanto aos fundos reservados no anteprojeto, alguns não encontram justificativa bastante, como a importância equivalente ao impôsto de renda pago pelos funcionários; outros seriam de previsão incerta, como o saldo das verbas de pessoal, êstes e aquêles, possivelmente difíceis de conciliar com o preceito constitucional que define o orçamento.

Investir o IPASE de atribuições tão diversas e complexas, que lhe acarretariam encargos numerosos, seria afastá-lo de suas precípuas finalidades, arrastando necessariamente a criação para insucesso imediato.

Seja-nos permitido lembrar que nesses dois pontos capitais o projeto de deputado Lauro Montenegro teria sido mais avisado. Fixou uma contribuição perfeitamente tolerável para todos os funcionários, criou uma taxa de serviço social, que incidiria sem maior gravame sobre fontes permanentes e de segurança evidente, recursos êsses que tinham a vantagem de facilitar a adesão dos Estados e Municípios ao plano de assistência, ficando sua distribuição previamente regulada pela arrecadação de cada unidade federativa.

Para superintender os serviços de assistência social, no projeto 79 de 1947 eram instituídos Conselhos de Assistência Social, compostos por processo eleitoral, núcleos que deveriam desenvolver a cooperação e conduzir a idéia essencial de recuperação da grande massa de servidores, abatida pela pressão de tantos problemas mortificantes.

O IPASE teria no projeto a função de assistir êsse movimento, amparar tôdas as iniciativas que partissem dêle, mantendo-as e consolidando-as com sua ação providencial e oportuna. Seria uma função acessória, mas a que melhor se adapta àquela instituição, deixando-a à vontade para o exercício de sua tarefa capital.

E' possível que não esteja claramente expressa no projeto 79 de 1947 a idéia que presidiu sua formação, que é a de que, todo e qualquer movimento de assistência social aos servidores públicos, tem de partir do congraçamento dos servidores da União, dos Estados e dos Municípios. Em alguns Estados, o núcleo de servidores federais, pequeno e disperso não bastará para justificar o amplo objetivo visado. Acresce ainda a circunstância de que uma campanha dessa natureza perderá muito de seu interêsse e alcance se os Estados e principais municípios, em vez de colaborarem num plano conjunto, tentarem organizações paralelas, quando o problema é o mesmo para a classe, e a classe é uma só, sirva a êste ou àquele dos poderes.

Os Conselhos de Assistência Social foram criticados, porque estariam expostos à infiltração de propósitos políticos, que viriam desvirtuar sua natureza e criar perturbações no serviço público.

A observação era um tanto precipitada, porque o projeto havia fixado normas cautelosas para a constituição dêsses Conselhos e sua ação não estaria fora do controle oficial.

E' interessante considerar que até hoje, nos momentos de maior agitação partidária, o que se tem visto, afóra casos esporádicos, é a neutralidade das associações de funcionários, estranhas, como as repartições e serviços públicos, à exaltação e ao desregramento que arremetem por tôda a parte.

Não seria no trato de interêsses tão valiosos, ligados à economia do conjunto, como o suprimimento de suas cooperativas, a manutenção de seus ambulatórios e hospitais, as partidas desportivas ou os bailes de São João, que haveria a política de chegar ali e desmandar-se, para tramar na sombra a ruína das instituições.

Tôdas as atividades relacionadas com o plano de assistência social aos servidores públicos envolvendo considerável soma de valores e bens, não poderão ficar à mercê de contingências que possam desvirtuar suas finalidades e embarçar sua marcha. Haverá meios de fiscalizar, vigiar e contar os possíveis excessos que possam surgir no desenvolvimento de um plano dessa natureza tão vasto e de tamanha complexidade.

A idéia de assistência social aos servidores públicos tem caminhado no Brasil paralelamente ao esforço para criar e manter uma legislação trabalhista, que condiga com a nossa cultura e o nosso liberalismo.

Já vamos nos distanciando do velho apêgo, à previdência que surgia com o dobre de Finados, mal amparando a viúva, as crianças, as filhas solteiras do funcionário.

Depois de uma existência precária, em 1916, o nosso montepio civil foi condenado, por oneroso

aos cofres públicos, fato que transpareceu desde cêdo, porque o plano ficou no ar, sem organização, suas possibilidades nunca foram balanceadas, sempre teve existência parasitária e mofina, agredido ao Ministério da Fazenda.

Condenada a velha instituição, substituída por outra mais ponderada, com bases mais estáveis, não tem faltado quem lhe exalte as virtudes e tenha procurado desenterrá-la, com pequenos êxitos, que valem pelo apêgo à inconsiderada largueza dos cofres oficiais.

Ainda por ocasião do reajustamento feito no interregno do senhor José Linhares, as pensões de montepio foram contempladas e algumas caducas, sem expressão, pois que eram inferiores a dez cruzeiros, tiveram um aumento de 250 a 300%.

Teria sido mais consentâneo concluir que pensões ínfimas como essas, muitas das quais desprezadas pelas pensionistas, deveriam ter sido liquidadas, dando-se uma compensação qualquer às interessadas, que não estavam nem nunca estiveram dependendo delas.

O argumento, porém, era de grande efeito, valia tudo naquela eventualidade, em que, como sempre sucede, tantos corações dengosos deixam-se render à pressão dêsses movimentos cíclicos da nossa inseqüência.

O IPASE com alicerces mais sólidos e favorecido pelas circunstâncias oferece perspectiva mais ampla.

E' verdade que uma certa incompreensão tem isolado o Instituto. A lentidão de seus movimentos, o desinterêsse em secundar as aspirações mais justas da multidão de seus segurados, só podem provocar ressentimentos.

Perante a Comissão Carneiro de Mendonça, um representante do IPASE depôs, enumerando as facilidades e auxílios que vinham sendo dispensados pela instituição, liberalidades de que muito poucos tinham conhecimento, restritas ao Distrito Federal.

Para o resto do Brasil, praticamente, o IPASE existia apenas para os descontos mensais, os antigos pecúlios e umas esquivas sobras de empréstimos, tabela Price.

Quando em 1946, o Dr. Alcides Carneiro assumiu a presidência do Instituto, a situação era essa. Em seu discurso de posse, sua senhoria mostrou não ignorá-la, prometendo dedicar-se à tarefa de estender ao maior número de funcionários os benefícios a que faziam jús, indo ao encontro dos mais necessitados. E foi assim que as obras do Hospital dos Servidores do Estado puderam ser concluídas, depois de tantas delongas.

Uma série de atropelos assinalou a laboriosa construção dêsse Hospital. Um ano antes de ser instalado, a êle se referiu o Dr. Mário Kroeff:

...“foi calculado, há dez anos para uma população de 35 mil funcionários e já estamos deficitários, antes de inaugurá-lo, com uma massa três vêzes maior para ser atendida”.

Por mais chocante que fôsse essa conclusão, não poderia ser levada em conta, para se abandonar a obra lenta e onerosa que era aquela. Hoje, que o Hospital está funcionando, essas circunstâncias estarão influenciando em sua atividade, mas de qualquer modo ela aproveitará àqueles para quem existe.

Depois dessa, outras obras de assistência estão sendo projetadas ou iniciadas em alguns Estados.

Vem de Maceió a notícia que um amigo me comunica com surpresa:

“Temos aqui oito ou dez médicos credenciados pelo IPASE. Além dos exames clínicos são-nos facultados também exames complementares. Um auxílio de natalidade, no total de Cr\$ 1.400,00 está sendo abonado aos que o solicitam. Nos casos de operação, se o médico é um dos tais credenciados, tôdas as despesas são pagas pelo IPASE, ou um auxílio é concedido nos outros casos”.

E acrescenta: “Já é alguma coisa, para os que sempre tiveram coisa nenhuma”.

Êsses fatos estão se passando fora do Rio de Janeiro, vale a pena assinalar, e naturalmente chegaram aos demais Estados.

Enquanto nesse setor o movimento se conduz para abranger, de algum modo, o maior número, o que implica a execução moderada do plano assistencial, dentro das possibilidades atuais do IPASE, novas perspectivas se desdobram para levar a outros domínios a cooperação e o bem-estar, que se impõem como imperativos dos tempos de agora.

O anteprojeto da Comissão Carneiro de Mendonça é um exemplo disso.

Tão empolgante é a sugestão de propósitos que se conciliam no interesse de harmonizar o serviço público com a entidade-funcionário, pondo-a ao abrigo de restrições que redundam em prejuízo de ambos, que os mais decididos se antecipam, para demonstrar como é viável e condiz bem dispor as coisas por êsse modo.

Vem do Rio Grande do Norte a novidade. Devemo-la ao entusiasmo do engenheiro Roberto Senay Neves, que era, em Alagoas, um dos crentes da nossa Associação de Servidores e implantou no 5.º Distrito de Portos, Rios e Canais, de Natal, um regime revolucionário.

O jornalista Fernando de Oliveira escreve na “A Ordem”, edição de 4 de agosto de 1948:

“Estou muito admirado de saber que o Dr. Roberto Senay Neves é brasileiro! Porque um brasileiro (desculpem a franqueza!) não faz comumente, em sua repartição, e que êste ilustre engenheiro fêz para os seus servidores”.

“Eles possuem uma cantina onde compram tudo muito mais barato de que nos armazéns”.

“Possuem um salão de esportes e divertimentos. Um bar onde podem tomar

refrescos e fazer pequenos lanches por pouco dinheiro. Uma biblioteca de mais de mil volumes”.

...“possuem ainda uma pequena farmácia, com assistência médica e dentária. Há também uma seção de enfermagem que atende aos curativos ligeiros. Há assistência religiosa a cargo de um sacerdote e assistência social dirigida pela professora Margarida Filgueira”.

Nessa repartição diferente, o mesmo jornal anuncia, dias depois, o escritor Luís da Câmara Cascudo fêz para os duzentos empregados que nela estão lotados, uma conferência sobre o “Organismo social e os milagres da vontade”.

A reação se processa por todos os modos, porque o mal-estar que pesa sobre as repartições públicas é a consequência de um profundo desajustamento social, que não se resolve por meio de fórmulas indigentes.

A ação do Governo é requerida para fortalecer, amparar e conduzir êsse movimento. Não serão necessárias novas secretarias cheias de chefes e cheias dessa burocracia transbordante e ufana que sabe pôr percalços em tudo.

Uma alteração recente, introduzida na “Taxa de educação e saúde”, teve o objetivo de facultar recursos ao IPASE para proporcionar maior assistência aos seus segurados.

As solicitações que partem de todos os lados, nesse sentido, serão sempre crescentes. Não se precisará de muito tempo nem de maior experiência para se chegar à evidência de que a ação do IPASE, por mais que procure desenvolvê-la a boa vontade de seus atuais dirigentes, será sempre tolhida pelas próprias limitações de sua lei orgânica.

O caso do quinto Distrito de Portos, Rios e Canais, em Natal, ilustra a extensão do empreendimento, que comporta as soluções mais diversas.

O programa da Associação dos Servidores Cívicos do Brasil é uma síntese bem expressiva dessa política de assistência social, fundada no estímulo ao espírito de solidariedade entre os servidores civis, para o engrandecimento e progresso do serviço público, tendente a promover e estimular o desenvolvimento intelectual e artístico dos servidores públicos e suas famílias.

De uns seis lustros a esta parte, quando ainda era mínimo o número de mulheres funcionárias, algumas transformações se têm operado nas nossas repartições públicas. Não, propriamente, pela presença das mulheres, mas pelo influxo de poderosos movimentos que as dobraram a êsse imperativo de arregimentação econômica.

O Estado Brasileiro, ao mesmo tempo que insuflou na consciência de sua massa proletária uma disciplina social, fundada em direitos elementares, que não foram regateados sob a violência de reações desesperadas, tem dispensado ao seu funcionalismo civil regalias e vantagens que talvez não sejam sobrepajadas pelas de muitos outros países.

Essa primazia, que apenas assinalamos, criou para o emprêgo público, entre nós, o prestígio que a tantos brasileiros se afigura como a melhor conquista. Nenhum proveito maior, como seria de esperar, resultou dessa liberalidade das nossas leis. Sem descermos a uma análise que nos afastaria do propósito a que estamos adstritos, basta enunciar o fato de observação cotidiana, que a máquina administrativa continua lenta e onerosa, estacionária nos seus processos e prêsa a relutantes preconceitos.

E' que, incontestavelmente, tem faltado a simultaneidade necessária no tratamento que requerem o serviço e o servidor públicos. Os vícios da nossa formação nos predispõem para a condescendência, privando-nos de uma apreciação realista e de uma análise fria, e de um senso claro e objetivo das coisas.

Retomemos, porém, o nosso roteiro de assistência social. Não importam as perplexidades suburbanas do Dr. Barros Barreto ou o descaso do senhor Duvivier, tão devotado à moralização dos costumes, em função da lei do inquilinato. Não importa a facécia do jornalista carioca, em que as bolas medicinais e os tapetes de esgrima denunciam suas frustrações de outoniço e reumático. Iremos encontrar mais adiante um oasis naquele recanto da rua Silva Jardim, na Ribeira, em Natal onde se afirma a coragem inovadora de Roberto Senay das Neves.

Passamos adiante. Apanhemos ao acaso um desses soldados da burocracia nacional. Colhâmo-lo entre a multidão de seus iguais, quando entram e saem diàriamente das repartições, onde chegam tarde e saem cedo, furtivamente ou sem rebuços, abusando dos velhos estratagemas ou não precisando mais deles.

Apressemos o passo tardo de trinta anos de altos e baixos nesses longos caminhos que havemos trilhado. Ele é árdego e moço, espera arrotar todos os obstáculos com arrancos e impaciências. Deixemo-lo um pouco, à vontade. Não tardará que ceda esse ímpeto, chocado pela realidade que o desampara. Iremos encontrá-lo quase irreconhecível, enredado na decepção que o abateu, numa volta do caminho, lutando sozinho, no meio de tantos outros, cegos e estonteados, que bracejam no vácuo, onde foram projetados pelo egoísmo, pela desconfiança, pela incapacidade de se conhecerem e de se ajudarem.

Parece-nos, assim, visto nesse breve encontro com o nosso herói, fácil de aprender o conteúdo

da expressão sonora e tendadora que é — a assistência social.

Se lhe penetrarmos a realidade por êsses ângulos singelos e cristalinos, não estaremos incidindo no equívoco dos estouvados caçadores de borboletas, que amam as palavras balofas, a que se penduram lanzejolas.

Seja-nos permitido, em nome de tantos funcionários que lutam tenaz e inglôriamente, com tanto sacrifício e tão pouco proveito, por uma casa ou um apartamento, onde possam morar; pela educação dos filhos, descuidada, cheia de atribulações, tantas vêzes relaxada, tantas vêzes comprometida; por sua saúde e pela saúde dos seus, maltratada, amesquinhada na impossibilidade dos tratamentos longos e caros, em que os honorários dos médicos, as radiografias, os exames de laboratório, a casa de saúde, a sala de operações constituem parcelas pesadas demais para seu orçamento, que dificilmente terá margem para tanto; em nome dos que dividem sua atividade, não têm lazer, desdobram-se para não sossobrar, deixando de lado suas obrigações de funcionário, que são sempre as mais fáceis de contemporizar; em nome dos que arrastam uma existência inglória, sem uma poltrona em que se refestelem por umas horas, sem uma pescaria ou umas caminhadas pela mata, porque as férias são um luxo, o descanso é privilégio dos que podem pagar diárias de nababo nos hotéis das estações d'água, nas praias, nas fazendas de veraneio; sim, em teu nome, meu companheiro de planície, de lutas chatas sem vibrações, que entrevês todas essas coisas como um sonho, e quando a tormenta desse trivial ameaça esmagar-te contra a parede só te deixa a alternativa do desespero ou o castigo de um empréstimo que te esfolará a paciência e a pele, seja-nos permitido, ao considerarmos êsses aspectos do grande problema a que estamos todos ligados por solidariedade ou por premência, formular um apêlo aos homens de boa vontade que poderão encaminhá-lo.

O anteprojeto da Comissão Carneiro de Mendonça pertence ao Ministério do Trabalho, onde teve origem. Os que fizeram, com tanta dedicação êsse valioso esbôço não se hão de melindrar, por certo, com que o revejam e o atualizem, como parece que deva ser. Não faltarão outros de igual compreensão e entusiasmo capazes dessa tarefa complementar, que em nada diminuirá o valor daquela. Não se perca tão nobre e generoso propósito, por falta de quem o leve até o Congresso Nacional.

* * *

"Sempre se disse que o Município era a célula política do país. Era-o, porém, apenas de maneira nominal. Entretanto, ao passo que a vida política do país considerada como um todo, é intermitente, a vida política do Município é permanentemente ativa. A vida política do Município é que absorve efetivamente, o interesse do povo. A representação municipal representa, realmente, o Município; o único prestígio político é o municipal.

(Francisco Campos, apud R. S. P., de maio e junho de 1947).